



Universidade Federal de Goiás - UFG

NOTA EM DEFESA DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS

A Faculdade de História da UFG vem a público defender a realização de concurso público para profissionais da educação com o objetivo de suprir o enorme déficit da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás. Defendemos, como recomendado pelo Observatório do Estado Social Brasileiro e pelo Observatório da Educação, após pesquisa empírica sobre a insuficiência de profissionais da educação, que o número de vagas, distribuídas em funções que atendam a rotina escolar, não seja, em hipótese alguma, inferior ao total de 16.436. Além do mais, reivindicamos que este concurso público (diferentemente do que ocorreu em 2018) ofereça, dentre outras, vagas específicas para professores de história, em número suficiente para suprir a grande carência atualmente existente de professores desta e de outras áreas.

Na última década, as escolas públicas da rede estadual de educação de Goiás têm sofrido com o aumento estrondoso do déficit de professores e de outros profissionais da educação. Em 2011, 2% dos professores desta rede de ensino atuavam na condição de contratados temporáriosⁱ. Em 2018, este número já alcançava 50% do total de professoresⁱⁱ. Somente no ano de 2022, 16.346 profissionais da educação foram contratados temporariamente, dentre os quais, 10.012 professoresⁱⁱⁱ. A exiguidade do número de professores de História, como de muitas outras áreas, também é alarmante: 37% (682 professores) do total de professores formados em História que estão atualmente em efetivo exercício docente em sala de aula nas escolas públicas do Estado de Goiás têm contratos temporários^{iv}.

Este enorme déficit de profissionais da educação produz profundos prejuízos para a educação de meio milhão de estudantes das escolas da rede estadual de educação de Goiás, bem como revela um claro descumprimento da legislação vigente, uma vez que a contratação temporária de profissionais no serviço público deve existir tão somente em situações de necessidade excepcional de interesse público. Além do mais, constata-se a clara desvalorização dos profissionais da educação, dentre eles, dos professores que, atuando sem estabilidade, com baixos salários, com cargas horárias de sala de aula excessivas, ainda estão sujeitos aos mais diversos assédios políticos. Por fim, a desvalorização da escola pública e dos profissionais do ensino básico afeta diretamente as instituições de ensino superior com consequências mais drásticas para os cursos de licenciatura.

Em defesa da educação pública e da valorização dos profissionais da educação, CONCURSO PÚBLICO QUE CUBRA O DÉFICIT DA REDE ESTADUAL JÁ!

Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás

ⁱ OBSERVATÓRIO DO ESTADO SOCIAL & OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS. Déficit de profissionais da educação da rede pública estadual de Goiás. 2022.

ⁱⁱ IMB. Instituto Mauro Borges. Panorama da Educação Básica em Goiás. Ano XII, número 03, setembro de 2019.

ⁱⁱⁱ OBSERVATÓRIO DO ESTADO SOCIAL & OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS. Déficit de profissionais da educação da rede pública estadual de Goiás. 2022.

^{iv} Idem, ibidem.